

## PERIODIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS

### PERIODIZATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL AND MAIN HISTORICAL MILESTONES

André Luiz do Carmo<sup>1</sup>, Cintia Neves Godoi<sup>2</sup>, Edson José de Sousa Junior<sup>3</sup>, Sandro Luiz Bazzanella<sup>4</sup>

**Resumo:** O baixo índice de pessoas que acessam e concluem o ensino superior no Brasil parece ser um problema social e histórico e que afeta principalmente os estudantes de baixa renda. Este problema se torna ainda mais preocupante quando, por exemplo, comparamos o percentual total de brasileiros com certificado de conclusão do ensino superior com os dados de outros países latino-americanos, onde estes aparecem em situação bem mais confortável que a nossa. Esta investigação apresenta um recorte da história do ensino superior no Brasil, destacando fatores que podem ter contribuído para a pequena parcela de brasileiros que têm acesso a esse nível de ensino. Neste cenário propusemos como objetivo geral deste trabalho realizar uma periodização do ensino superior no Brasil e apresentar os principais marcos desta trajetória.

**Palavras-chave:** Ensino Superior, Periodização, Desenvolvimento

**Abstract:** The low rate of people who access and complete higher education in Brazil seems to be a historical social problem that mainly affects low-income students. This problem becomes even more worrying when, for example, we compared the total percentage of Brazilians with a certificate of completion of higher education with data from other Latin American countries, where they appear in a much more comfortable situation than ours. This research presents aninsection of the history of higher education in Brazil, highlighting factors that may have contributed to the small portion of Brazilians who have access to this level of education. In this scenario, we proposed as the general objective of the research the discussion about periodization of higher education in Brazil and priciples aspects in history.

**Key words:** Higher education, periodization, development

### Introdução

Compreender a relação existente entre a evolução elitista do ensino superior no Brasil, os baixos índices de acesso a esse nível de ensino e a importância das políticas públicas como estratégia de democratizá-lo se coloca como objetivo geral deste exercício reflexivo. Compreender esta relação exige discorrer sobre a evolução do ensino superior em nosso país, analisando o contexto histórico do surgimento dos primeiros centros desse nível de ensino em terras brasileiras e os grupos sociais que o acessam em cada período histórico.

Considera-se relevante o estudo deste tema por considerarmos que ele pode auxiliar na compreensão das causas e das consequências da atual crise educacional pela qual o Brasil está passando, com foco principal na análise da situação do ensino superior. Uma educação precária, sem investimentos suficientes por parte dos governos, e, por extensão, uma sociedade que não assimila a educação como

---

<sup>1</sup> Discente Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional Centro Universitário Alves Faria -E-mail: andree5@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Docente Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional Centro Universitário Alves Faria – E-mail: cintia.godoi@unialfa.com.br

<sup>3</sup> Docente Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional Centro Universitário Alves Faria – E-mail: edson.souza@unialfa.com.br

<sup>4</sup> Docente Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional Universidade do Contestado - E-mail: sandro@unc.br

algo prioritário em sua dinâmica relacional, e demonstra que essa situação pode ser reflexo de como a educação foi tratada no Brasil desde o início da colonização portuguesa, e por que não dizer, até os dias atuais.

A educação no Brasil foi uma das instâncias que passaram, ainda durante o período colonial, por um processo de transformação. Anteriormente só eram ofertadas etapas elementares/básicas para poucas pessoas, e ao final desse período, ainda que continuasse restrita a poucos indivíduos das classes mais abastadas da sociedade, passou a oferecer ensino superior já nas primeiras décadas do século XIX.

Ao contrário das Américas Espanhola e Inglesa, que, em alguns casos, tiveram acesso ao ensino superior já no início do período colonial, – para comparar: no Peru, sob domínio espanhol, a universidade de Lima existe desde 1551; Harvard, nos Estados Unidos, data de 1636 – o Brasil teve que esperar o início do século XIX para ver surgir as primeiras instituições culturais e científicas deste nível, quando da vinda da Família Imperial ao país em 1808. A primeira universidade surgiu somente em 1912 no Estado do Paraná, e durou apenas três anos. Somente em 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reunia os cursos superiores da cidade, sendo que o Decreto n. 14.343 (BRASIL, 1920) institui a referida Universidade, a partir da reunião da “Escola Polytechica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro”.

Nos três primeiros séculos da história do Brasil a fundação de instituições de ensino superior em terras portuguesas na América, era proibida por ordens da Coroa. Ao contrário das outras colônias americanas, espanholas e inglesas, por exemplo, onde as primeiras universidades datam do início do período colonial, no Brasil durante séculos os filhos da elite precisavam deslocar-se para a Europa a fim de complementarem seus estudos.

Schmidt (2005) observa que Portugal tinha apenas três grandes objetivos quando aportou em terras brasileiras: suas prioridades eram a fiscalização, a defesa e a exploração do território conquistado. Durante trezentos anos, as únicas iniciativas na área de educação vieram dos jesuítas, porém, estes ensinamentos estavam mais voltados para a catequese religiosa. Os altos funcionários da Igreja e da Coroa e os filhos dos latifundiários tinham que ir à Europa para obter formação universitária, e o destino era principalmente Coimbra, em Portugal.

Apesar de continuar extremamente elitizado, e ao alcance unicamente das camadas mais abastadas da sociedade, a introdução dos primeiros cursos de nível superior no Brasil representava conquista para a sociedade, mesmo estando esta conquista diretamente relacionada com e em função da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. A população mais pobre, de maneira geral, continuava privada de ter acesso a esse nível de ensino. Entretanto, para que essa conquista fosse obtida mais de três séculos de história já haviam se passado.

Desta maneira, se configuram os objetivos aqui propostos que incluem apoiar o conhecimento dos principais marcos históricos da trajetória de oferta do ensino superior no Brasil para tornar o acesso ao ensino superior mais democrático, e, portanto, menos elitista.

O trabalho se justifica por compreender que “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”, como disse Mandela (2003, n.p), a educação é uma arma extremamente poderosa, com o poder de abrir a mente das pessoas para novas ideias e novas visões da realidade. Talvez esse seja um dos motivos, para que boa parte daqueles que detêm o poder em nosso país, a chamada classe dominante, ou elite brasileira, tenha receio e muita resistência em promover meios para um processo de massificação da educação em nosso país. Diniz (2009, p. 227) define a importância da educação da seguinte maneira:

Na era do conhecimento ou da sociedade do conhecimento, educação, ciência e tecnologia devem ser vistos como a base estrutural que se assegura a cidadania e o avanço científico e tecnológico. Avanço científico e tecnológico como base para uma nação soberana ou menos dependente, econômica e politicamente, para fora, e socialmente, para dentro. (DINIZ, 2009, p. 227).

Diniz (2009) argumenta com muita clareza a importância da educação para o desenvolvimento de uma sociedade. Importância, que segundo o autor, vai desde a conquista da plena cidadania até o desenvolvimento científico e tecnológico, em outras palavras, a educação é a base sólida sobre a qual um país precisa investir para se erguer forte econômica e socialmente, principalmente, em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo.

A crise na educação pela qual o Brasil historicamente se mantém com um sistema educacional público precário, em todos os níveis de ensino desde o fundamental até o superior, sem grandes investimentos significativos por parte dos governos, onde a sociedade em sua grande maioria não assimila a educação como algo prioritário em suas vidas, contribui para a perpetuação das desigualdades sociais em nosso país. Toda essa situação pode ser reflexo de como a educação foi tratada no Brasil desde o início da colonização portuguesa, com descaso e extremamente seletiva, destinada principalmente aos filhos das famílias mais abastadas da sociedade colonial, o que tem o condão de perpetuar, naturalizar e banalizar as desigualdades, reproduzindo-a no interior do próprio sistema educacional (BOURDIEU; PASSERON, 2008). Não sem motivo que Souza Júnior (2011, p. 82) afirmou:

[...] constata-se a existência de um ciclo vicioso atinente às condições econômicas, vez que quase que automaticamente as condições econômicas, sociais e culturais, refletem nas oportunidades educacionais, reforçando a impressão de que a escolarização serve para reproduzir o sistema capitalista, na medida em que a escola atua em consonância com as relações de produção, vez que as relações sociais que regem o trabalho também regem as relações na escola.

Não vivemos mais no período colonial, aliás, no último dia 07 de setembro de 2022, o Brasil completou 200 anos de independência em relação a Portugal. Mas, será que temos o que comemorar quanto à evolução do processo educacional brasileiro, principalmente, em relação ao sistema público de ensino? A resposta a esta pergunta exige consideração de variáveis, entre elas: segundo o IBGE, no ano de 2021, 52,6% dos brasileiros de 25 anos ou mais, ainda não haviam concluído a educação básica, lembrando que o ciclo básico da educação brasileira vai até o ensino médio. Só para efeito de comparação, no ano de 2018, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na faixa etária entre 25 a 34 anos, a porcentagem de pessoas que concluíram o ensino superior em países vizinhos ao Brasil, eram os seguintes: Argentina 40%; Chile 34%; Colômbia 29%. Na Coreia do Sul, líder do ranking, 70%, seguido por Canadá com 62%, e Japão com 61%. Já no Brasil, nessa mesma faixa etária os dados revelam que apenas cerca de 22% dos brasileiros haviam concluído o ensino superior.

Desta maneira se faz necessário analisar a trajetória histórica do país na construção de suas instituições de ensino superior e problematizar sobre o cenário de reduzido acesso ao ensino superior no país.

## **Metodologia**

O presente trabalho se apresenta como um esforço de considerar a trajetória histórica da estruturação do ensino superior brasileiro e reunir os principais marcos de cada período histórico. Desta maneira será construída uma apresentação sobre o entendimento sobre periodização, e posteriormente, a partir de autores e estudiosos da história das instituições de educação no país será realizada uma proposta relativa aos principais marcos do ensino superior no país.

No que diz respeito à história das instituições e da educação formal no Brasil os principais referenciais são: Abrucio (2010), Arruda e Pilleti (2004), Carvalho (2011), Chaves e Amaral (2016), Cunha (2000), Fávero (2000), Figueiredo (2005), Flores (2017), Giraldelli (2006), Martins (2009), Neto (2006), Oliveira (2004 e 2009), Renk (2019), Saviani (2004), Silva (2019) e Souza (2018).

No que concerne à periodização a discussão conceitual e teórica foi realizada com base nas elaborações de Lombardi (2008), Leinz (2018), Santos (1986, 1997 e 2003), Lins e Rions (2010), e Diniz e Duarte (1983).

A seguir serão apresentados elementos que compõe o entendimento sobre periodização e posteriormente os resultados da periodização proposta para a trajetória nacional do ensino superior.

## **A periodização**

De acordo com o Dicionário Online de Português (2022), periodizar significa dividir em intervalos regulares de tempo; tornar periódico; expor em segmentos bem definidos de tempo. Ademais, tem-se que a periodização deve ser conservada, tanto que Le Goff (2015, p. 134) afirma que “a periodização é, assim, um campo maior de investigação e de reflexão para os historiadores contemporâneos. Graças a ela se esclarece a maneira pela qual a humanidade se organiza e evolui na duração, no tempo”.

Segundo Lombardi (2008, p. 202) o início dos debates sobre a questão da periodização no Brasil se confunde com a criação, no Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), concretizada em 02 de outubro de 1838. Ainda de acordo com o autor, até a fundação do IHGB o trabalho historiográfico era realizado de modo individual, episódico e sem continuidade. Sobre a nova metodologia historiográfica, o autor observa que:

Com o IHGB foi possível a reunião dos que pensavam a história e estavam interessados em discuti-la. Entre outros aspectos que acaloravam os debates do grupo de historiadores do Instituto, a periodização ocupou um lugar de destaque. Era um tema de tal importância que apareceu já na primeira sessão do IHGB, realizada no dia 10 de dezembro de 1838, na qual Januário da Cunha Barbosa discursou sobre a necessidade de "Determinar-se as verdadeiras épocas da História do Brasil e se esta se deve dividir em antiga ou moderna, ou quais devem ser suas divisões" e ainda como se deveria: "Marcar as diversas épocas da criação das capitânicas gerais do Brasil, da fundação de seus bispados e das suas relações"(LOMBARDI, 2008, p. 202).

Contribuindo com a análise sobre a importância da periodização, Lenz (2018, p. 86) observa que: “No contexto da História, enquanto campo disciplinar, a ideia de periodização é considerada elemento-chave para se pensar e compreender os diferentes momentos históricos vivenciados pela sociedade.” De acordo com a autora, a tarefa de periodizar tornaria possível uma compreensão mais assertiva dos eventos à medida que eles se apresentam entrelaçados a um contexto a sua volta.

Ainda sobre a relevância da periodização como instrumento para uma melhor compreensão dos eventos históricos, Lombardi (2008, p. 201) corrobora com a análise de Lenz (2018) ao afirmar que

Além de útil e necessária à delimitação do objeto de investigação, expressa e pressupõe a concepção histórica que o pesquisador adota na sua prática e em seu fazer científico e didático. É a periodização que expressa o entendimento de como ocorrem as mudanças estruturais, globais e profundas – as transformações históricas – e como se dá a transição de um período para o outro. (LOMBARDI, 2008, p. 201).

No âmbito da Geografia, quando utilizada, a periodização reveste-se de outros significados. Assim, para sua compreensão, torna-se interessante refletir sobre a ideia de tempo, pois pensar em períodos pressupõe pensar em tempo.

Santos (1997) assevera a magnitude da dimensão histórica no âmbito da Geografia quando assegura que a noção de espaço é indivisível da ideia de sistema de tempo, ou ainda, que os elementos do espaço variam de acordo com o movimento da história. A essência do espaço é social e ao entendê-lo como uma totalidade, no que Santos (1986, p. 207) já propunha como recurso metodológico a divisão deste para melhor analisá-lo.

O fato de que os eventos sejam ao mesmo tempo espaciais e temporais não significa que se pode interpretá-los fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social. (SANTOS, 1986, p. 207).

Assim, os elementos do espaço mudam seu papel no sistema espacial a cada momento histórico e, neste sentido, ele reforça a importância da dimensão temporal na análise do espaço.

Segundo Lins e Rios (2010, p. 63) o espaço é produto e manifestação da sociedade e traduz todas as contradições advindas e apreendidas nas relações sociais. Ainda segundo os autores

Em cada momento histórico o lugar tem um papel próprio no processo produtivo, assumindo uma transformação mais ou menos significativa de acordo com o desenvolvimento econômico-sociocultural e geográfico exercido por este processo, determinando, dessa forma, características peculiares, como a estrutura técnica e capital próprio. (LINS; RIOS, 2010, p. 63).

Desta forma, o espaço regional é produto de uma lógica social que expressa suas variações, ou de diferentes lógicas ao longo da história. Portanto, este é produzido e reproduzido enquanto produto histórico. Sendo assim, para a compreensão deste torna-se necessário a leitura de suas peculiaridades históricas, uma vez que suas características atuais possuem formas que expressam conteúdos sociais do passado. Para Santos (1986) é através do espaço que a história se torna ela mesma em estrutura, “estruturada em formas”. São formas-conteúdos que influenciam o curso da história, o presente e o futuro, participando da dialética da sociedade. Reconhece o espaço com fator – objeto e sujeito – de um processo. O termo processo refere-se ao tempo que passa, portanto, a dimensão histórica demarcada por eventos.

Ainda de acordo com Santos (2003, p. 24), a questão é delinear as variáveis-chave, uma vez que, cada fragmento do tempo, expressará o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que designamos período. Eis aí o princípio a partir do qual podemos valorizar os processos e reconhecer as novidades da história do território.

Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a

falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período. (SANTOS, 2003, p. 24).

Desse modo, Santos reforça a necessidade da periodização; ainda segundo o autor, tal periodização permite chegarmos à identificação dos sistemas temporais num mesmo espaço vivenciado.

A delimitação temporal ou periodização regional é um processo que permite estabelecer uma linha evolutiva das mais diversas relações espaciais vivenciadas por determinada região, segundo Diniz e Duarte (1983, p. 36):

A periodização das relações sociais pela definição de processos regionais é necessária para dar ordem e compreensão à dinâmica da sociedade, considerando a interação entre os níveis daquela sociedade, sua complexidade, seu conteúdo e forma. (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 36).

De acordo com esta concepção, o espaço necessita ser compreendido como espaço de existência concreta, que articula presente e passado, pelo fato de sua existência. Fundamental não separar o espaço do tempo, mas compreender o espaço-tempo, segundo Santos (1986, p. 206) “é a categoria fundamental para superar as análises superficiais e por demais abstratas”. Na elaboração de uma periodização dos processos regionais deve-se analisar as estruturas espaciais pretéritas, e desta forma definir os marcos espaciais da produção. Estes segundo Diniz e Duarte (1983), são entendidas como a visualização das formas e relações estruturais do conteúdo espacial no tempo.

Sendo assim, além de cumprir sua função enquanto recurso de método, a periodização desempenha duplo papel, à medida que ela se constitui num resultado em si. Em vez de recorrer à ideia de periodização como uma régua na qual é possível enquadrar os eventos que se pretende explicar cronologicamente, a alternativa é aprofundar na identificação de períodos, que podem trazer contribuições importantes para os estudos regionais, dada sua capacidade de reconhecer as novidades e coexistências que permeiam os objetos de estudos. Para tanto, é adequado refletir sobre quais eventos e atributos encontram-se relacionados entre si, e a combinação de quais elementos engendram as rupturas que distinguem um período do outro.

## **Resultados:**

### **A periodização do ensino superior no Brasil: principais marcos**

A gênese do ensino superior no Brasil se deu nas primeiras décadas do século XIX, mais precisamente a partir do ano de 1808, quando se deu a transferência da Corte Portuguesa para as terras

brasileiras o que, na opinião de alguns estudiosos, Lombardi (2008) e Durham (1998), reflete o seu advento tardio.

Lombardi (2008) observa que o desenvolvimento do ensino superior na América portuguesa só ocorreu no século XIX, diferentemente do que ocorreu na América Espanhola, onde as primeiras instituições de ensino superior surgiram ainda no século XVI.

Em suas colônias, os espanhóis transplantaram para o Caribe, já no início do século XVI, a primeira universidade (Santo Domingo, 1538) inspirada no modelo de Salamanca e até fins do século XVII se constituiu uma rede de mais de uma dezena de instituições públicas e católicas (DURHAM, 1998, p. 92).

A periodização foi realizada considerando um período inicial de 1500 a 1889, e um segundo momento que se inicia a partir de 1889 e segue até o final do século XX. Este exercício se organiza e se justifica ao fazer uso como principal referência da periodização proposta por Almeida (1989) e Azevedo (1943), para tal, os referidos autores consideram as alterações e transformações no campo político, identificando três períodos históricos, quais sejam: Período Colonial (1500-1822), Período Imperial (1822-1889), Período Republicano (a partir de 1889).

Colonialismo e Império foram marcados pelo ensino jesuítico e chegada das primeiras instituições de ensino superior no Brasil, o que apresenta a introdução da educação no Brasil e as primeiras instituições de ensino superior foram criadas e estruturadas ao longo do século XIX.

Após 1889, e ao final do século XX houve expansão, seletividade e terceirização, estes períodos apresentam a continuidade do processo de institucionalização do ensino superior a partir do poder central dos governos, com perda do poder por instituições religiosas católicas.

No quadro a seguir estão reunidas as propostas de definição dos principais marcos ou características vinculados à trajetória de estruturação do ensino superior no Brasil.

Quadro 01: Principais marcos históricos da trajetória de estruturação do ensino superior no Brasil

<b>Períodos históricos de acordo com as propostas de (ALMEIDA, 1989 AZEVEDO, 1943)</b>	<b>Principais características de cada período histórico com relação à estruturação do ensino superior no Brasil</b>
Período Colonial (1500-1822)	Inexistência de universidades e faculdades até a vinda da Família Real ao Brasil em 1808;  O que existia até então relacionado ao ensino superior no país eram os cursos de Filosofia, ou também chamado curso de Artes ou Ciências Naturais e o curso de Teologia ambos mantidos nos colégios da Companhia de Jesus;  Portugal impedia o desenvolvimento do ensino superior nas suas colônias, temendo que os estudos pudessem contribuir com os movimentos de independência;

	<p>Desde seu início a educação no Brasil se deu de forma extremamente seletiva e excludente, com uma minoria de privilegiados, com acesso a ela, e a grande maioria do povo vivendo no analfabetismo;</p> <p>Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, são criados cursos para a qualificação de pessoal mais diversificado, e, tem início a história das Escolas de Ensino Superior em terras brasileiras;</p> <p>As reformas na educação superior não se deram em função dos interesses da população e sim em decorrência de mudanças na infraestrutura e no ensino necessárias às exigências da Corte;</p> <p>O modelo adotado nessas instituições foi o franco-napoleônico, que se caracterizava por uma organização não universitária, mas profissionalizante, centrado em cursos e faculdades, visando à formação de burocratas para o desempenho de funções do Estado;</p> <p>Em fevereiro de 1808, D. João VI cria a Escola de Cirurgia e Anatomia em Salvador, e, em novembro do mesmo ano funda a Escola de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro;</p> <p>Ainda nos anos de 1808 e 1810, respectivamente, com o intuito de formar oficiais e engenheiros civis e militares são criadas a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ).</p> <p>Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura.</p>
<p>Período Imperial (1822-1889)</p>	<p>O ensino superior permaneceu praticamente o mesmo em todo o período imperial;</p> <p>A partir da Lei Geral de 1827, as províncias teriam a responsabilidade pela educação primária, e o poder central o encargo do ensino superior;</p> <p>Assim, controlado pelo Estado, e com uma certa resistência à participação do setor privado, o ensino superior era um mecanismo de monopólio da concessão de privilégios profissionais, que detinha o poder de conferir diplomas juridicamente válidos a uma parcela minoritária da sociedade;</p> <p>Algumas tentativas de criar a primeira universidade no Brasil surgiram, como o projeto de 1843 que visava criar a Universidade de Pedro II; o de 1847 para a criação do Visconde de Goiânia; entre outras. Mas, nenhuma saiu do papel;</p> <p>A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades;</p> <p>Conta-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período 1808-1882, nenhum deles aprovado;</p> <p>O fato dos cursos que surgiram terem se voltado ao ensino prático - engenharia militar e medicina - e serem ministrados em faculdades isoladas, marcou de forma contundente o ensino superior no Brasil e explica muitas distorções que até hoje estão marcadas em nosso sistema;</p> <p>Pode-se afirmar que as ações voltadas à educação no Brasil Império procuraram garantir a continuidade da tradição aristocrática;</p> <p>As reformas implantadas apenas consolidaram os mecanismos de exclusão que impediam o acesso ao nível superior de ensino às camadas mais vulneráveis da sociedade;</p> <p>O Estado não liberava o ensino superior para a população em geral, pois, o aumento do número de diplomados, poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração;</p>

<p>Período Republicano (a partir de 1889)</p>	<p>Após a Proclamação da República os estabelecimentos de ensino superior começaram a se expandir e, gradualmente, a igreja foi sendo afastada desse processo permanecendo exclusivamente no âmbito da sociedade civil;</p> <p>O ensino superior se desdobrou em três ramificações: estatal laico, particular religioso ou particular laico;</p> <p>As primeiras décadas da República foram marcadas pela expansão do ensino superior, ocasionada pela multiplicação das faculdades;</p> <p>Através do Decreto nº 14.343 de 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro que reunia, administrativamente, faculdades profissionais pré-existentes, mais direcionadas ao ensino do que à pesquisa e conservava a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades isoladas;</p> <p>É importante destacar que a Universidade do Rio de Janeiro serviria de modelo para as outras instituições de ensino superior que passaram a existir no Brasil: Minas Gerais (1927) e a do Rio Grande do Sul (1934);</p> <p>O que aponta para a construção de universidades fechadas para peculiaridades locais e demandas regionais, o que evidencia uma falta de autonomia;</p> <p>As formas de acesso ao ensino superior também sofreram alterações ainda nos primeiros anos da república. Pelo decreto 981, de 08 de novembro de 1890 elaborado por Benjamin Constant, o exame de madureza de saída do ensino secundário passou a ser exame de entrada para o ensino superior;</p> <p>Em 1911 foi promulgada por decreto a Lei Orgânica do Ensino Superior, redigida pelo ministro do Interior, o deputado Rivadávia da Cunha Correia, que instituiu o exame de admissão, elaborado pelas próprias faculdades, para o ingresso nas escolas superiores;</p> <p>Em 18 de março de 1915, foi promulgado o decreto 11.530, que reorganizava o ensino superior rebatizando os exames de admissão para exames vestibulares, também era necessário apresentar um certificado de aprovação das matérias do curso ginásial, realizado no Colégio Pedro II ou nos colégios estaduais a ele equiparados e fiscalizados pelo Conselho Superior de Ensino. Tal exigência ajudou a reduzir bastante o ingresso de alunos no ensino superior;</p> <p>As consecutivas reformas instauradas na primeira república não foram suficientes para mudar radicalmente o ensino superior brasileiro, ao se fazer um balanço do ensino superior no Brasil, até 1930, constata-se que as modificações foram apenas superficiais e objetivaram a manutenção das relações de classe;</p> <p>Em 11 de abril de 1931, através do Decreto n.19.851 foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras. Tal estatuto vigorou até 1961 e definia que: a universidade poderia ser oficial, isto é, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, ou seja, particular à qual competia dar ao conjunto das faculdades integradas na universidade o caráter especificamente universitário;</p> <p>As universidades deveriam incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras.</p> <p>Em 1940, na cidade do Rio de Janeiro, surgiram as Faculdades Católicas, embrião da universidade reconhecida pelo estado em 1946 e, mais tarde, pontifícia – foi esta a primeira universidade privada do país;</p> <p>Em relação à disputa entre ensino público versus ensino privado, a Constituição de 1934 trouxe dois princípios, posteriormente, repetidos em outras Constituições, que abriram espaços para que o fluxo de recursos públicos pudesse ser canalizado para entidades privadas;</p> <p>O art. 150, item “e”, colocou que à União cabia “exercer ação supletiva onde se faça necessária por deficiência de iniciativas ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o país por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções”;</p>
---	---

O art. 154, por sua vez, isentou de impostos os “estabelecimentos particulares de educação primária gratuita ou educação profissional gratuita”. Esses dois artigos, de certa maneira, praticamente “oficializaram” a rede de ensino particular e a estimularam, obviamente em detrimento da rede pública;

O artigo 149 da Constituição de 1934 e o artigo 125 da Constituição de 1937 velam sobre o papel do Estado em relação à educação. Um comparativo entre os dois artigos deixa claro que o Estado praticamente abdicou de sua responsabilidade com a educação pública, deixando a cargo das instituições particulares de ensino essa função;

Um ponto bastante interessante trazido pela Lei nº 4.024/61 era a flexibilização da estrutura do ensino, permitindo o acesso ao ensino superior, independentemente do tipo de curso que o aluno tivesse feito antes;

Nos anos 1960, embora o sistema de ensino superior estivesse ampliando gradualmente o número de vagas em estabelecimentos públicos e privados, a demanda por formação superior crescia em ritmo superior ao da oferta;

A solução para absorver esse excedente de alunos foi passar à iniciativa privada parte dessa responsabilidade com estímulos governamentais para sua expansão;

O ensino técnico oferecido para as classes populares durante a ditadura, delineou sua função na sociedade: atender exclusivamente as necessidades do mercado, o que frearia as manifestações políticas, contribuindo para que o ensino superior continuasse reservado às elites;

A partir de 1965 o Ministério da Educação e Cultura (MEC), assinou uma série de acordos com a agência americana *United States Agency for International Development (USAID)*. Esses acordos tinham como objetivo uma profunda reforma no ensino brasileiro e a implantação do modelo norte-americano nas universidades;

De acordo com esse novo modelo, a educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional;

A busca pela maior produtividade e sustentabilidade do ensino superior veio acompanhada pela expansão do ensino no setor privado por meio da implantação de faculdades isoladas que se multiplicaram no interior e se expandiram na periferia dos grandes centros urbanos, oferecendo cursos de graduação desconsiderando um padrão acadêmico mínimo;

Entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginásial, 332%; o colegial, 391%; o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%. Entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663;

Na Constituição de 1967 o governo militar deixava explícito seus planos privatistas para o ensino superior. O parágrafo 2º do artigo 168 dizia que “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo”;

Porém a crise econômica que o Brasil enfrentaria nos anos 1980 e início dos anos 1990 levariam as IES privadas a enfrentar dois graves problemas: a inadimplência e um grande número de vagas ociosas;

Foi nesse contexto socioeconômico que surgiu o PROUNI no ano de 2004. Com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil ofertando bolsas de estudos parciais e integrais aos alunos de baixa renda;

Com o PROUNI o governo procurava atender a sociedade com a doação de bolsas de estudos e os proprietários das IES privadas que esperavam ver a redução da inadimplência, e, principalmente, no número de vagas ociosas.

O que caracteriza a educação no “Período Colonial” é ausência de projeto, ou iniciativa educacional. Esta postura é coerente com a condição do Brasil como colônia de exploração pela metrópole, Portugal. Tratava-se de um território submetido inicialmente a exploração de suas riquezas naturais e, posteriormente de exploração também de atividades agrícolas alicerçadas no comércio e no trabalho escravo indígena e, sobretudo de povos africanos trazidos através do uso da força para estas terras. Neste contexto, de ausência de uma proposta de colonização por povoamento, a educação existente era direcionada para evangelização dos povos indígenas difundida, sobretudo pelos Jesuítas “educação catequética”. Os filhos de portugueses, majoritariamente de senhores de engenho, ou funcionários da administração metropolitana eram enviados à Europa para realizarem seus estudos. Esta condição se modifica parcialmente, mas não sensivelmente com a vinda da Família Real em 1808, e mantém a educação para as elites metropolitanas e coloniais em função do controle social, político, econômico e administrativo da colônia.

A partir da independência do Brasil em 1822 e a constituição do Império apresentou-se a necessidade de constituição de um projeto educacional que respondesse as necessidades administrativas e políticas do Brasil, agora independente. Nesta direção, as iniciativas educacionais de período mantiveram a violência de sua origem, ou seja, a proposta educacional implementada visava contemplar as necessidades econômicas e os interesses políticos das oligarquias fundiárias que controlavam o país. Inexistiu, portanto um projeto de país compartilhado com a população, que era majoritariamente pobre, e ou escravizada até 1888. Majoritariamente os cursos de ensino superior existentes no país eram de tendência profissionalizante nas áreas de engenharia, ou da saúde. Cursos e formações nas áreas das ciências sociais aplicadas, ou humanas eram majoritariamente realizados na Europa pelos filhos da elite oligárquica do Império.

No período republicano (1889 até atualidade) que o Estado brasileiro desenvolveu projetos educacionais visando alcançar a população. Os desafios da divisão internacional do trabalho, da produção, de uma economia nacional exigiam superar o analfabetismo profundo da população brasileira. Observe-se que não se tratou de uma suposta sociedade brasileira, na medida em que o anúncio de tal condição exigiria reconhecer a aceitação e a inclusão dos povos indígenas, dos sobreviventes das violências coloniais, do ex-escravizados povos oriundos dos países e regiões africanas, desterrados, violentados ao longo de 320 anos de escravidão pelo comércio de carne negra, arrancados do continente africano e lançados nas lavouras de cana-de-açúcar, na mineração, na prostituição controlada pelas elites oligárquicas e urbanas coloniais numa proposta de sociedade, de país.

Sob tais pressupostos, o projeto educacional hegemônico das elites oligárquicas e burguesas brasileiras ao longo do período republicano se constitui em não disponibilizar um projeto educacional inclusivo e, voltado para o reconhecimento da diversidade e demandas da população brasileira. Majoritariamente as inúmeras reformas educacionais do período republicano foram marcadas pela precariedade da educação oferecida para a população. Por seu turno as elites brasileiras compram propostas educacionais de entidades externas, com padrão educacional que desconhece demandas, fragilidades, vulnerabilidades e demandas e potencialidades nacionais reproduzindo as profundas desigualdades sociais. No âmbito do ensino superior a exclusão da população ao ensino superior de qualidade se aprofundou, na medida em que as classes mais abastadas passaram a acessar este nível de ensino no país, especialmente instituições públicas criadas, mas estas não estiveram, e ainda não estão ao alcance da população em geral. A população e trabalhadores passaram a lutar por acessar instituições menores, privadas, comunitárias, dentre outras mas, ainda em condições de grandes dificuldades, de endividamentos, de evasão, de abandono, em função da desigualdade de oportunidades de acesso, e de permanência, dentre outros.

Desta maneira foram expostos os principais marcos e aspectos históricos relevantes para apoiar o entendimento da complexidade da trajetória da estruturação do ensino superior no Brasil. Como principais aspectos se pode apontar o conflito de interesses e poderes dos que lideram as definições e tomadas de decisão, passando por grupos religiosos, grupos de elite internacionais, e alterados para poderes políticos nacionais, e posteriormente disputados por diversos poderes conforme a república se complexifica bem como a elite produtiva nacional. A educação pode ser vista, portanto, como alcançando a qualidade de direito social, no entanto, apresentando-se como alvo de disputas entre setor público e privado, mesmo que ainda não atendesse parcela significativa da população.

## **Conclusões**

O presente trabalho se organizou no sentido de propor uma periodização dos principais marcos e características históricas com relação à estruturação do ensino superior no Brasil, tendo em consideração o cenário de baixo índice de pessoas que acessam e concluem o ensino superior no Brasil como problema social e histórico e que afeta principalmente os estudantes de baixa renda.

Desta maneira se pretendeu estruturar ideias e bases para considerar a complexidade do processo histórico desigual existente, das lutas de poder pelo controle das instituições e ideias vinculadas à educação como direito. Foi possível através da consideração das propostas de periodização de Almeida (1989) e Azevedo (1943) a utilização dos períodos definidos da seguinte maneira: Período Colonial (1500-1822), Período Imperial (1822-1889), Período Republicano (a partir de 1889).

A partir desta divisão inicial foram apresentados marcos políticos e históricos fazendo uso de diferentes autores para serem considerados para uma problematização sobre as disputas de poder, a construção de instituições e políticas, bem como outras características que interferem e representam a constituição do ensino superior no Brasil. Por fim, sendo a educação compreendida como transformadora das realidades das pessoas e sociedades buscou-se fornecer subsídios para futuras pesquisas.

Reflexões, debates e publicações sobre educação são necessários e urgentes na sociedade brasileira. Podem auxiliar no avanço da compreensão social que desprovidos de proposta educacional consistente e, sobretudo inclusiva dos mais distintos setores da população a sociedade brasileira continuará enfrentando dificuldades de constituir um projeto de nacional soberano de desenvolvimento. Ou dito de outro modo, investimento amplo, qualitativo e, sobretudo inclusivo é condição *sine qua non* para que o país possa superar suas heranças coloniais, escravocratas excludentes. A superação das desigualdades sociais que demarcam a trajetória histórica da sociedade brasileira requer educação de qualidade e disponível a toda sociedade brasileira.

## Referenciais

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnósticos e propostas de aperfeiçoamento. In: Oliveira, Romualdo Portela, Santana, Wagner. (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil (1500-1889). Brasília/São Paulo, INEP/PUC-SP, 1989.

ARRUDA, José Jobson de A. PILETTI, Nelson. **Toda a história**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2004.

AZEVEDO, Fernando. A cultura brasileira. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A Política Pública para Educação Superior no Brasil (1995-2008): ruptura ou continuidade?** Tese (Doutorado)–Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 2011.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil- o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em revista**, v. 32, p. 49-72, 2016.

CUNHA, Luiz António. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, E.M.T. et al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2022 .Disponível em: <https://www.dicio.com.br/> Acesso em: fevereiro de 2023

DRPEES, Goiânia, v.4, n. 1, Janeiro/dezembro de 2023

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, maio/agosto 2009, pp. 227-249.

DINIZ, J. A. ; DUARTE, A. C. (coord). A região cacauceira da Bahia. Recife, SUDENE, 1983.

DURHAM, Eunice. O ensino superior na América Latina: tradições e tendências, São Paulo, Novos Estudos Cebrap, julho 1998, p. 92.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade do Brasil: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. Revista UFG, v. 7, n. 2, 2005.

FLORES, Sharon Rigazzo. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República. Revista internacional de educação superior, v. 3, n. 2, p. 401-416, 2017.

GIRALDELLI, Paulo Jr. História da Educação Brasileira. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

IBGE, Coordenação de População. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?** Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Unesp, 2015.

LENZ, Talita Cristina Zechner. Como trabalhar o objeto geográfico nos estudos regionais? Reflexões sobre periodização e mapas temáticos. Rio de Janeiro: Revista Política e Planejamento Regional. Vol. 05, nº1, janeiro a abril, 2018.

LINS, R. O.; RIOS, R. B. Periodização como Metodologia de Análise Regional: O Caso da Região de Amargosa – Bahia. Geografia Ensino & Pesquisa, [S. l.], p. 62–70, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/29728>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LOMBARDI, José Claudinei. Periodização na história da educação brasileira: aspecto polêmico e sempre provisório. Revista Histedbr On-line, v. 32, p. 200-209, 2008.

MANDELA, Nelson. Lighting your way to a better future. Planetarium. University of the Witwatersrand, Johannesburg, South Africa. 16th July 2003.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Educ. Soc., v. 30, n. 106, p. 15-35. 2009.

NETO, Armindi Quillici. A Educação Jesuítica e o Ensino de Filosofia no Brasil Colônia: uma reflexão sobre o Ratio Studiorum e sua influência no desenvolvimento educacional e cultural da sociedade brasileira. In Revista Ícone Educação. Centro Universitário do Triângulo. V.12, n.1 Uberlândia: Unitri, 2006.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Ensaio: aval.pol.públ.Educ, Rio de Janeiro,v.12, n. 45, p. 945-958, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-60, out. 2009. DOI: 10.1590/S0101-7330200900030000

DRPEES, Goiânia, v.4, n. 1, Janeiro/dezembro de 2023

RENK, Valquíria Elita; BORDINI, Ana Sílvia Juliatto. PROUNI: política de acesso ao ensino superior dez anos depois. *Revista Grifos*, v. 28, n. 47, p. 212-234, 2019.

*Revista do Museu de História Nacional* ( [www.revistadehistoria.com.br](http://www.revistadehistoria.com.br)) (acesso em 15/07/08 às 15:30 horas).

SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC, 1986, 3ª edição, 236p.

SAVIANI, Demeval et. al. *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas; Autores Associados, 2004.

SCHMIDT, Mário. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 2005.

SILVA, Raphael Bruno Bezerra et al. *A expansão do ensino superior e o financiamento das instituições federais: a experiência brasileira na dinâmica da relação público/privado no período de 2003 a 2014*. 2019.

SOUZA JÚNIOR, Edson José de. *Direito social à educação escolar obrigatória: os limites da (não?) efetividade*. Orientador: Prof. Dr. José Maria Baldino. Tese (doutorado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

SOUZA, José Clécio de Silva e. *Educação e história da educação no Brasil*. Educação Pública. 2018.